



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2017. Nº 2546



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Presidente
Dep. Júnior Evangelista - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às terças-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Presidente
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão - Presidente
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 217/2017

Concede Título de Cidadão Tocantinense à Doutora Maria Roseli de Almeida Pery.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º É concedido Título de Cidadão Tocantinense à Doutora Maria Roseli de Almeida Pery.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A outorga que se propõe visa reconhecer o empenho, o trabalho, o compromisso e a dedicação da Doutora Maria Roseli de Almeida Pery, Promotora de Justiça da Saúde Pública de Palmas-TO, com relevantes trabalhos prestados dentro e fora do Estado do Tocantins, em setores públicos e da sociedade civil, buscando a efetivação do Sistema Único de Saúde, conforme prevê o ordenamento jurídico.

Natural da cidade de Osasco - SP, ingressou no Ministério Público no ano de 1993, sendo a primeira Promotora de Justiça da Comarca de Tocantínia. Especializou-se em Direito Sanitário, Auditoria em Serviços de Saúde e Gestão em Saúde.

É membro da Comissão Permanente de Defesa da Saúde do CNPG desde o ano de 1998, tendo coordenado a Comissão no período de 2012 a 2014; sócia fundadora da AMPASA, Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, no ano de 2004; 1ª Vice-Presidente, no período de 2013 a 2014, e 2ª Vice Presidente, no período de 2015 a 2017.

Foi Presidente do Comitê de Mortalidade Materna do Estado do Tocantins; membro colaboradora do Grupo de Trabalho da Saúde, instituído pelo Conselheiro Nacional Luiz Moreira Gomes Júnior, do CNMP, no período de 2010 a 2012; membro colaboradora da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, no período de 2012 a 2014; membro colaboradora do Fórum Nacional da Saúde do CNMP, no período de 2014 a 2017; integrante do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins, do Conselho Nacional de Justiça – CEMAS/TO/CNJ, desde o ano de 2010; integrante do Comitê Gestor Interinstitucional para o Acompanhamento da Saúde no Estado do Tocantins da Assembleia Legislativa.

Militante na área da Saúde Pública em todo o País, participou de Plenária da Conferência Nacional de Saúde, Conferências Municipais e Estaduais de Saúde. Colabora como palestrante em eventos promovidos no âmbito da gestão do SUS, das três esferas de Governo e de entidades afins e é idealizadora de projetos de integração entre os Órgãos de controle e de gestão do SUS. Elaborou e desenvolveu projetos de integração nacional entre a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Elaborou e executou o Projeto de Fortalecimento do Exercício da Cidadania, com as lideranças comunitárias de Palmas.

O trabalho prestado pela Promotora de Justiça ainda consiste na participação em audiências públicas de interesse da Saúde Pública e de prestação de contas da gestão do SUS.

Foi homenageada em diversos atos públicos e, formalmente, recebeu homenagens pela relevância de seus trabalhos no Gru-

po de Apoio à Mulher de Palmas na Secretaria de Saúde de Guaraí; Secretaria de Saúde de Araguaína; na Câmara Municipal de Palmas; Assembleia Legislativa do Tocantins; na Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde e no V Congresso Brasileiro de Direito à Saúde.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2017.

PAULOMOURÃO

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 218/2017

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Povoado Água Amarela, na cidade de Araguaína.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Povoado Água Amarela, na cidade de Araguaína.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Povoado Água Amarela, fundada em 6 de maio de 2005, com sede e foro no Assentamento Água Amarela, no município de Araguaína, Tocantins, é uma entidade sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa. Tem como objetivo principal o auxílio e à implementação de ações e projetos sociais, auxílio à saúde, auxílio à educação formal e não formal, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, bem como promover o desenvolvimento comunitário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2017.

VALDEREZ CASTELO BRANCO

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 225/2017

Declara de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica José Clemente Pereira nº 14 do Oriente de Xambioá - TO.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica José Clemente Pereira nº 14 do Oriente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Loja Maçônica José Clemente Pereira nº 14, com sede no município de Xambioá, é uma entidade sem fins lucrativos, regular e legalmente constituída por cidadãos livres e de bons costumes, em número ilimitado de sócios, com personalidade jurídica própria, fundada em 26 de março de 1977, de duração indeterminada.

A referida entidade tem os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos seus membros e familiares assistência moral, prestando-lhes amparo, apoio e solidariedade, dentro

de suas possibilidades;

II - a prática discreta da caridade;

III - praticar, estudar e estimular os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens, sem preconceito de raça, cor, nacionalidade, crença ou posição;

IV - o combate ao obscurantismo e ao analfabetismo por meio de um trabalho consciente, visando ao melhoramento intelectual, moral e espiritual dos seus membros e da humanidade em geral;

V - a prática da tolerância, do respeito mútuo e da liberdade de consciência;

VI - a livre manifestação de pensamento e o respeito máximo às leis e autoridades constituídas do país.

Diante do exposto, proponho aos ilustres Pares deste Parlamento a aprovação da presente propositura, para declarar de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica José Clemente Pereira nº14 do Oriente de Xambioá, objeto do presente Projeto de Lei, observando as normas legais vigentes.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 2017.

EDUARDO DO DERTINS

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa
10 de maio de 2017

Ata da Terceira Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e trinta minutos, do dia dez do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário, e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderes Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Jorge Frederico, Nilton Franco, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expediente a ser lido, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 11/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 103/

2017; 15/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 111/2017; 18/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a transposição de dotações orçamentárias, no valor que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 106/2017; 22/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a transposição de dotações orçamentárias, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 112/2017; e 23/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 113/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e trinta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa
31 de maio de 2017

Ata da Quarta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e quarenta e dois minutos, do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderes Castelo Branco e Solange Duailibe. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton Franco, Toinho Andrade e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 21/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 7/2017, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica”; e Mensagem número 65/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado encaminhando o Substitutivo ao Projeto de Lei número 48/2016, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.283 a 1.297. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 5/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 4/2017; a qual, votada, foi aprovada. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.205, de 31 de maio de 2017. À Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 8/2017, de autoria do

Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 35/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 18 e 25 da Lei número 2.296, de 11 de março de 2010, que dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – Plansaúde e o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins – Funsaúde”, que deu origem ao Processo número 108/2017; 101/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos dos Servidores Efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 124/2017; 2/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “concede revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos e Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 116/2017; 1/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 123/2017; 2/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 109/2017; e 3/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 110/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi retirado da pauta da Ordem do Dia, por solicitação do autor, Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, o Projeto de Lei número 6/2017, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, o qual, foi deferido. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e catorze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**31 de maio de 2017****Ata da Quinta Sessão Extraordinária**

Às vinte e uma horas e dezesseis minutos, do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Solange Duailibe. Encontram-se licenciados os Senhores

Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton Franco, Toinho Andrade, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Mensagem número 67/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 37/2017, que “isenta de custas e emolumentos, junto às serventias extrajudiciais do Tocantins, o primeiro registro de título de legitimação de posse e de título de propriedade do imóvel, outorgados na forma que especifica, reedição da Medida Provisória número 28, publicada em 20 de abril de 2017”. Não havendo Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 8/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 35/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 18 e 25 da Lei número 2.296, de 11 de março de 2010, que dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – Plansaúde e o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins – Funsaúde”, que deu origem ao Processo número 108/2017; 101/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos dos Servidores Efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 124/2017; 2/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “concede revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos e Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 116/2017; 1/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 123/2017; 2/2017, de autoria das Comissões: de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 109/2017; e 3/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 110/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**28 de junho de 2017****Ata da Sexta Sessão Extraordinária**

Às dezenove horas e quinze minutos, do dia vinte e oito do mês de junho, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Zé Roberto, Primeiro-Secretário, e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Solange Duailibe e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Jorge Frederico, Paulo Mourão, Stalin Bucar, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 58/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 21/2017, que “altera o anexo II da Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”; e Projeto de Lei de Iniciativa Popular número 1/2017, que “altera dispositivo da Lei Ordinária Estadual número 2.578 de 20 de abril de 2012”. Não havendo Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 3/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que “cria o Fundo Penitenciário Estadual – Funpes, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 18/2017; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.229, de 28 de junho de 2017. E envia à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 9/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a data base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 6/2017; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Lei número 3.230, de 28 de junho de 2017, e envia à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 14/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera as Leis números 2.575, de 20 de abril de 2012, e 2.665, de 18 de dezembro de 2012, na parte que especifica”, que deu origem ao Processo 235/2016; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, promulga a Lei número 2.231, de 28 de junho de 2017; e envia à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “requer que o Parecer proferido pelo Deputado José Bonifácio, no âmbito da Comissão de Administração, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Públicos, no Processo número 228/2016, que rejeitou o Projeto de Lei número 271, de 19 de abril de

2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, seja apreciado pelo Plenário deste Parlamento, com parecer rejeitado, retomando a proposição sua tramitação normal, que deu origem ao Processo número 228/2016, o qual, votado, foi aprovado, e segue a tramitação normal, e encaminhe-se posteriormente ao Plenário para deliberação. Foi solicitado a retirada, da pauta da Ordem do Dia, a pedido da autora Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, o Recurso ao Plenário, referente ao Processo número 43/2016, que “requer ao Plenário a contra rejeição proferida na Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, da Medida Provisória número 2, de 20 de janeiro de 2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que deu origem ao Processo número 43/2016, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para operação que trata alínea “f”, do inciso I do artigo 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, o qual, foi deferido. Foi determinado, pelo Senhor Presidente, a retirada da pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo número 2/2016, referente à Medida Provisória número 2, de 20 de janeiro de 2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, e suas reedições números: 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50, todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35, todas de 2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “dispõe sobre a validação dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias números: 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50, todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35, todas de 2017. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 4/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “cria a Escola do Legislativo e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2017, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2017, de autoria do Senhor Governador, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Alta do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 41/2017; 5/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miracema do Tocantins o uso das instalações físicas que especifica”, que deu origem ao Processo número 82/2016; 23/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Lei número 2.755, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd”, que deu origem ao Processo número 242/2016; 44/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A – Fomento, a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 39/2016; 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alberto Sevilha”, que deu origem ao Processo número 21/2017; 3/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao cel. PM Luiz Cláudio Gonçalves Benício”, que deu origem ao Processo número 22/2017; 25/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Renato Jácomo”, que deu origem ao Processo número 30/2017; 49/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “modifica o inciso XI do artigo 5º da Lei número 1.758 de 2 de janeiro de 2007, para adequá-la ao artigo 53 da Constituição do Estado, incisos I e V, § 3º, e acrescenta o inciso XI-A”, que deu origem ao Processo 60/2017; 67/2017, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Francisco da Silva Concesso”, que deu origem ao Processo 80/2017; 71/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Murilo da Costa Machado”, que deu origem ao Processo 97/2017; 42/2017, de autoria do Senhor

Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica, água, telefone e gás, nos horários e dias determinados, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 51/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Omar Hennemann”, que deu origem ao Processo número 72/2017; 61/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “institui o Passeio Ciclístico Ecológico de Araguatins a São Bento do Tocantins, como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 77/2017; 97/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “altera a Lei número 3.002, de 15 de setembro de 2015, que Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada aos membros e aos integrantes do quadro de servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo 73/2017; 8/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à amamentação de bebês e crianças nos estabelecimentos públicos e privados do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 16/2017; 24/2013, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “institui a Semana Estadual de Doação de Leite Materno, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2013; 307/2016, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional em escolas públicas e privadas de ensino fundamental”, que deu origem ao Processo número 300/2016; e 266/2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre a proibição de comercialização de materiais de pesca de emalhar às pessoas que não sejam licenciadas nos termos de Legislação Federal e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 178/2016; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi solicitado, pelos Senhores Deputados Elenil da Penha e Wanderlei Barbosa, a retirada a pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei número 247/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas no Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 148/2016; o qual, foi deferido. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e cinquenta e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Expedientes

OFÍCIO Nº 337/2017

Palmas, 11 de dezembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **MAURO CARLESSE**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
NESTA

Assunto: **Solicita tramitação em regime de urgência - PL nºs. 50 e 51/2017**

Senhor Presidente,

Como bem sabe Vossa Excelência, em 14 de novembro de 2017, foram protocolados nessa Casa o Projeto de Lei nº 50, que dispõe sobre as alterações do Plano Plurianual do Estado do Tocantins – PPA, e o Projeto de Lei nº 51, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2018, na conformidade da Lei Complementar nº 78, de 11 de abril de 2012.

A sobredita norma tratou de fixar prazos inerentes ao encaminhamento e à apreciação das matérias referentes às Diretrizes Orçamentárias, ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, ao que, nos termos do inciso II de seu art. 1º, o Executivo procedeu ao protocolo dos expedientes acima indicados, cumprindo à Assembleia Legislativa, a partir de então, adotar os procedimentos necessários ao atendimento do disposto no art. 2º da mesma lei, cuja redação assim estabelece:

“Art. 2º **Incumbe à Assembleia Legislativa** encaminhar para a sanção do Chefe do Poder Executivo, **até o encerramento do respectivo ano** da sessão legislativa, os Autógrafos relativos aos Projetos de que trata este Lei”.

Nesses termos, havendo prazo certo para que a Egrégia Casa de Leis aprecie e encaminhe para a sanção do Chefe do Poder Executivo as matérias em tela, e considerando a iminência de implementação desse marco temporal, delibero por bem recorrer ao uso da prerrogativa insculpida no art. 28 da Constituição Estadual.

Em vista das considerações postas, na forma do dispositivo legal supra invocado, solicito a Vossa Excelência que a apreciação dos aludidos Projetos de Lei se faça em regime de urgência.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.199/2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Hither Viana Lopes do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.200/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Marilene Lopes de Castro no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.201/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017:

- Mayara Cristina Siqueira Faria - AP-08;
- Iliada Aquino de Souza - P-16;
- Mardoqueu Pereira Rocha - AP-16.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.202/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ireny Fernandes da Silva no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, no Gabinete do Deputado **Junior Evangelista**, a partir de 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.203/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Armenio Nunes de Oliveira do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, do Gabinete do Deputado **Cleiton Cardoso**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Art. 2º NOMEÁ-LO para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02, da mesma lotação, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.204/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Romulo Almeida Moreira no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, no Gabinete do Deputado **Cleiton Cardoso**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.205/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

- Marcos Cione da Silva Souza - AP-08;
- Jander de Paulo Melo Silva - AP-16;
- Ruth Vieira da Silva - AP-16.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.206/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Lília Portilho de Souza do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.207/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Maria Ildenê Batista Pinheiro no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativamente a 1º de dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de dezembro de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

Procuradoria Jurídica**PORTARIA Nº 01/2017-PGA**

O **Procurador-Geral da Assembleia Legislativa**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso III do art. 6º da Resolução nº 276/2009,

RESOLVE:

Designar a Subprocuradora-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Dra. **Dorema Costa**, para acompanhar todos os procedimentos preparatórios e Inquéritos Cíveis Públicos de interesse do Poder Legislativo do Estado do Tocantins que tramitam no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Cumpra-se. Publique-se.

Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa, em 13 de dezembro de 2017.

DIVINO JOSÉ RIBEIRO

Procurador Geral

Outras Publicações**UVET**

União dos Vereadores Do Estado do Tocantins
CNPJ 17.816.520/0001-70

Uma Nova Gestão, Um Novo Tempo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **Presidente da União dos Vereadores do Estado do Tocantins** - UVET, infra-assinado, com fulcro no Art. 24 combinado com o Art. 26, inciso I, do Estatuto Social da Entidade,

RESOLVE

Convocar a Assembleia Geral Extraordinária da União dos Vereadores do Estado do Tocantins – UVET, para deliberar sobre a modernização do Estatuto da Entidade.

Data: 29/12/2017.

Horário: 09h00min.

Local: Espaço do Vereador, Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Praça dos Girassóis.

TERCILIANO GOMES

Presidente

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Alan Barbiero (PSB-Suplente)	Mauro Carlesse (PHS)
Amália Santana (PT)	Nilton Franco (PMDB)
Amélio Cayres (SD)	Olyntho Neto (PSDB)
Cleiton Cardoso (PSL)	Osires Damaso (PSC)
Eduardo do Dertins (PPS)	Paulo Mourão (PT)
Eduardo Siqueira Campos (DEM)	Ricardo Ayres (PSB - Licenciado)
Elenil da Penha (PMDB)	Rocha Miranda (PMDB)
Eli Borges (PROS)	Toinho Andrade (PSD)
Jorge Frederico (PSC)	Valdemar Júnior (PMDB)
José Bonifácio (PR)	Valderez Castelo Branco (PP)
Júnior Evangelista (PSC)	Vilmar de Oliveira (SD)
Luana Ribeiro (PDT)	Wanderlei Barbosa (SD)
	Zé Roberto (PT)